

O FINANCIAMENTO PÚBLICO DO 3º SETOR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER¹

MS. JULIANE CRISTINE ALVES CORREIA
Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude, Prefeitura
Municipal de Louveira (Louveira – São Paulo – Brasil)

RESUMO

O trabalho aborda a presença do setor privado sem fins lucrativos no interior das políticas de esporte e lazer por meio do financiamento público de suas ações. Analisamos o projeto de um terceiro setor em contraposição às proposições centradas no conceito de sociedade civil. Para tanto, fez-se um mapeamento das organizações financiadas pelo Governo Federal para executar ações de esporte e lazer de 2008 a 2011. Buscou-se demonstrar que a transferência do papel do Estado, enquanto instância garantidora de direitos, para o setor privado sem fins lucrativos é funcional a lógica do capital na medida em que não contribui para a real universalização dos direitos sociais, logo não caminha rumo ao estabelecimento da democracia enquanto projeto societário de caráter totalizante.

PALAVRAS-CHAVE: Associações sem fins lucrativos; terceiro setor; políticas públicas; setor privado.

1. O presente trabalho contou com apoio financeiro da Capes durante o período de março de 2010 a julho de 2011.

INTRODUÇÃO

No campo acadêmico da Educação Física há uma série de pesquisas que têm como objeto de análise entidades sem fins lucrativos ou projetos por elas executados². Neste artigo apresentamos os resultados de um esforço de pesquisa voltado não para a discussão acerca de um projeto ou entidade, mas sim para o financiamento público do setor privado sem fins lucrativos (para determinadas correntes - terceiro setor) e do espaço por ele ocupado no interior das políticas públicas de esporte e lazer. Discussão esta que, em nosso entendimento, é fundamental para que se compreenda o protagonismo que as entidades do referido setor tem alcançado no meio esportivo.

O percurso metodológico incluiu pesquisa documental e bibliográfica, caracterizada como quali-quantitativa (TRIVIÑOS, 1992), na medida em que se apoiou no levantamento dos dados acerca do financiamento público do terceiro setor e posterior análise qualitativa dos resultados encontrados.

Para que pudéssemos identificar as entidades beneficiadas com recursos públicos buscamos o Portal da Transparência. Assim, foi possível determinar as entidades que estabeleceram parceria direta com o governo federal. Tal opção possibilitou que encontrássemos as instituições que possuíam estrutura jurídica estabelecida – condição necessária para estabelecimento dos convênios – assim como informações acerca de sua localização, valores recebidos e ações financiadas.

Em síntese, a pesquisa teve como objetivo geral a reflexão acerca da presença do setor privado sem fins lucrativos no que concerne ao oferecimento de práticas esportivas e de lazer no Brasil, tendo em vista o protagonismo alcançado pelas organizações do referido grupo dentre as formas de articulação da sociedade civil brasileira.

O objetivo específico consistiu no mapeamento das entidades sem fins lucrativos que receberam recursos do governo federal para o desenvolvimento de ações de esporte e lazer durante o plano plurianual referente ao segundo mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2008 – 2011). Por meio de tal mapeamento foi possível verificar a magnitude da transferência de recursos públicos para entidades privadas, assim como evidenciar quais são os agentes que tem tomado para si a responsabilidade de proporcionar à população práticas de esporte e lazer.

Visamos ainda, evidenciar a heterogeneidade que defendemos ser inerente à noção de sociedade civil em contraposição às visões que buscam tratar deste

2. Para ilustrar essa afirmação, em nossa revisão de literatura encontramos onze trabalhos apresentados nas três últimas edições do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE 2007, 2009 e 2011). Dentre eles, apenas três não eram estudos de caso baseados em entidades e/ou projetos específicos.

conceito caracterizando-o pela homogeneidade de interesses e ausência de relações de poder. Para tanto, apresentamos quais são, onde estão e o que fazem as entidades privadas ligadas às políticas de esporte e lazer, assim como a dimensão do financiamento público desse setor.

ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E A PROPOSTA DE UM TERCEIRO SETOR

A discussão a respeito das relações entre Estado, sociedade civil e terceiro setor acontece em meio ao embate entre projetos políticos distintos. Deparamo-nos com a perspectiva que define o terceiro setor como uma nova esfera do social, ao lado do Estado e do Mercado, considerados respectivamente como primeiro e segundo setores. Esta proposta intenta reunir sob uma só nomenclatura todo um complexo conjunto de entidades públicas não estatais, regidas pelo direito civil privado. O termo tem origem norte-americana, advindo de um contexto no qual associativismo e voluntariado fazem parte de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal. Como nos esclarece Montañó (2002), o uso da noção de sociedade civil como um terceiro setor deriva de correntes que segmentam a realidade social em esferas autônomas, perdendo com isso a noção de totalidade. Desta forma:

[...] falar de 'primeiro', 'segundo' e 'terceiro' setores tem o efeito político e ideológico de segmentar a totalidade social (desmontando as articulações realmente existentes entre Estado, sociedade civil e mercado, mutuamente ligados) e desistoricizar a realidade, seguindo os esquemas liberal, positivista e neopositivistas (MONTAÑO, 2002, p. 135).

Para ilustrar tal perspectiva, nos remetemos ao discurso do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião da sanção da Lei do Voluntariado (Lei 9.608/1998):

Nós estamos assistindo à formação do que se costuma chamar de terceiro setor: formas de associação, formas de sociabilidade que não se restringem à dicotomia clássica entre Estado e sociedade civil, à antiga. É a sociedade civil moderna [...]. São novas formas de sociabilidade. [...] O que há de novo agora é, precisamente, o terceiro setor. O que há de novo é que existem formas dinâmicas de controle social, de organização de objetivos, e até mesmo de generosidade e solidariedade, que não decorrem nem do princípio racionalizador do mercado, nem do princípio autoritário de distribuição do Estado (CARDOSO apud FRANCO, 1998, p.2).

O referido discurso visa destituir a sociedade civil de seu caráter de espaço de disputas buscando construir uma visão celebratória da mesma, segundo a qual:

[...] a emergente Sociedade Civil [transmutada em 'terceiro setor'], composta por iniciativas cidadãs, sobretudo aquelas com fins públicos não lucrativos, seja fortalecida, até que possa assumir o seu papel protagonista e mediador do novo arranjo institucional que se prefigura (FRANCO, 1998, p. 4).

Este novo arranjo institucional é proposto por Santos (1999) por meio daquilo que o autor chama de princípio da comunidade em oposição aos princípios do Estado e do Mercado. Esses três princípios formam, na visão de Santos, o marco de regulação da modernidade e no terceiro setor é que residiriam os valores inerentes ao princípio da comunidade, quais sejam, “cooperação, solidariedade, participação, equidade, transparência [e] democracia interna” (SANTOS, 1999, p.256). Estruturalmente, o terceiro setor apresentaria tamanha motivação e iniciativa de ação coletiva que o tornariam tão eficiente quanto à iniciativa privada capitalista. No entanto, a ausência de busca por lucro, o interesse coletivo, uma gestão democrática e independente, assim como a distribuição dos recursos assentada em valores humanos o aproximariam do setor público estatal. A partir desse ponto de vista, o autor sugere uma reformulação dos limites entre o público e o privado e a reestruturação da esfera pública e de sua qualidade democrática por meio da atuação do terceiro setor numa reinvenção solidária e participativa do Estado (SANTOS, 1999).

Percebe-se então, como aponta Montaño (2002), a crença de que por meio da ação dos agentes do terceiro setor criar-se-ia um novo contrato social, uma espécie de pacto entre cidadãos independentemente de suas procedências e interesses de classes.

Diante desse embate entre diferentes projetos político-ideológicos, Dagnino (2004) aponta para uma “*confluência perversa* entre um projeto político democratizante, participativo e o projeto neoliberal” (DAGNINO, 2004, p. 95). Tal confluência operaria um deslocamento de sentido sobre as noções de sociedade civil, participação e cidadania que são, segundo a autora, elementos que ocupam uma posição de centralidade na disputa entre projetos políticos na sociedade brasileira atual.

Primeiramente, no que diz respeito à noção de *sociedade civil*, ambos os projetos defendem uma atuação ativa e propositiva. No entanto, o projeto neoliberal tem levado – como tratamos anteriormente – à identificação da sociedade civil como sinônimo de terceiro setor e à *onguização* dos movimentos sociais. A eleição das ONGs como interlocutoras privilegiadas para a representação da sociedade civil junto ao Estado é problemática e leva a distorções acerca da noção de *representatividade*. A autora explica que no caso das ONGs, tal representatividade se desloca para a competência que aquela entidade possui a partir dos conhecimentos que acumula acerca de determinada temática.

De maneira intimamente ligada ao deslocamento das noções de sociedade civil e de representatividade está o deslocamento da noção de *participação*. Um projeto político que visa o aprofundamento democrático concebe a participação como fora defendida pelos movimentos sociais que reivindicaram a partilha efetiva do poder com o Estado, possibilidade alcançada em determinadas realidades nas quais se compuseram diferentes espaços públicos. Em contrapartida, no projeto neoliberal, emerge a *participação solidária* com ênfase no trabalho voluntário e na responsabilidade social de indivíduos e empresas. Excluindo os significados políticos da participação, tal concepção apoia-se numa perspectiva privatista e individualista que despe de sentido político também a noção de solidariedade, que passa a se circunscrever ao terreno da moral.

Já para os grupos que visam à construção democrática, a participação direciona-se ao engajamento nas lutas por meio dos movimentos sociais pela manutenção e ampliação dos direitos, assim como pela efetiva divisão do poder, não aceitando nem o abandono e nem o autoritarismo daquela que é por excelência a instituição garantidora de direitos: o Estado.

O terceiro deslocamento diz respeito à noção de *cidadania*. Dagnino (2004) trata da concepção de cidadania desde a perspectiva de uma *nova cidadania* ou *cidadania ampliada*. Nesta nova maneira de conceber a cidadania ocorre uma redefinição da ideia de direitos, que surge a partir do reconhecimento de “um *direito a ter direitos*” (DAGNINO, 2004, p. 104), não apenas aqueles existentes, mas também aqueles que surjam de novas lutas pelo seu reconhecimento como tal. Para isto, a nova cidadania exige a “constituição de sujeitos sociais ativos (agentes políticos), definindo o que consideram serem seus direitos e lutando para seu reconhecimento [...]. Nesse sentido, é uma estratégia dos não cidadãos, dos excluídos, uma cidadania ‘desde baixo’” (DAGNINGO, 2004, p. 104). A autora aponta ainda que, dentre os direitos exigidos para que se concretize esta nova noção de cidadania, está o direito a participação na definição do sistema político sob o qual vivemos, ou seja, o direito de definir o tipo de sociedade da qual somos membros. Tais exigências apontam para a necessidade de transformações radicais na sociedade e nas relações de poder nela existentes.

As distorções promovidas pelas visões neoliberais acerca da cidadania caminham pela redução de seu significado coletivo, levando a um entendimento individualista sobre esta noção. Além disso, estabelece-se uma conexão entre cidadania e mercado, segundo a qual ser cidadão é integrar-se ao mercado, como consumidor e produtor. Já que estamos “num contexto onde o Estado se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como instância substituta para a cidadania” (DAGNINO, 2004, p. 106).

A desresponsabilização do Estado no que respeita à garantia de direitos reflete a busca por um Estado “empreendedor”, “eficaz”, o que leva a uma inversão na medida em que o reconhecimento dos direitos passa a ser visto como anacrônico e nocivo ao projeto de inclusão dos países “subdesenvolvidos” no “primeiro mundo”. Na busca por essa nova forma de gestão apela-se para a solidariedade limitada ao campo da moral, e, portanto, alijada de sua dimensão política, a partir da qual a sociedade é chamada ao trabalho voluntário e filantrópico, como forma de caridade junto aos pobres.

Conclui-se assim que na medida em que projeto do terceiro setor não remete às lutas pelos direitos aqui apontados, ou seja, não leva ao aprofundamento democrático com vistas à transformação social, concordamos com Montañó de que tal projeto visa,

Uma democracia dentro da ordem, sem questionar/alterar a propriedade privada e a hegemonia da fração de classe no poder [...], que não questiona/altera nenhuma variável econômica ou política sistêmica, que mantém/ reforça as fontes de poder da (fração de) classe hegemônica, e busca, no lugar das (suprimindo as) lutas de classes, a ‘parceria’ entre estas, como o caminho para a democratização – [logo] é um projeto condenado a ser mais um processo instrumentalizado pelo capital, e, portanto, funcional a ele (MONTAÑO, 2002, p. 162).

O FINANCIAMENTO PÚBLICO DO SETOR PRIVADO SEM FINS LUCRATIVOS

O financiamento é tema ainda pouco explorado pelas pesquisas em políticas públicas de esporte e lazer, como constata Veronez (2007). Igualmente pouco estudado é o financiamento das entidades sem fins lucrativos. Os programas do Ministério do Esporte, na sua maioria, baseiam-se nas parcerias com o setor privado sem fins lucrativos. De acordo com a classificação proposta por Teixeira (2002) acerca dos encontros (parcerias) firmados entre o governo e as instituições, percebemos que nos programas do referido ministério dá-se a contratação de entidades privadas sem fins lucrativos para a execução de determinadas ações, o que caracteriza o encontro *prestação de serviço*. Isto porque, os programas são criados pelo ministério, que define sua direção, perspectiva e conceituações, cabendo às entidades conveniadas apenas sua execução.

As parcerias realizadas entre estados e municípios e personalidades jurídicas de direito privado não foram contempladas neste estudo, devido à necessidade de delimitação da pesquisa. Logo, o leque de instituições encontradas abrange aquelas que receberam recursos diretamente da União, porém repasses realizados do Ministério do Esporte para estados e municípios podem ter sido direcionados

a convênios firmados entre essas instâncias governamentais e instituições privadas locais, o que aumentaria em grande proporção o número de entidades mapeadas.

O período estudado compreende os anos de 2008 a 2011, cujo orçamento remete ao segundo Plano Plurianual do governo de Luís Inácio Lula da Silva. No período compreendido entre 2006 e 2011 o orçamento de fato executado pelo Ministério do Esporte anualmente não superou a faixa dos R\$500 milhões³.

NATUREZA DAS INSTITUIÇÕES

A natureza das instituições encontradas foi definida primeiramente pela categorização proveniente do orçamento público que atribui às entidades privadas sem fins lucrativos o código de número 50. Desta forma, foram filtradas no Portal da Transparência as transferências de recursos destinadas às entidades com a referida codificação. A segunda etapa consistiu na classificação das entidades de acordo com as informações fornecidas por meio de sua denominação. Isto porque a denominação das organizações sem fins lucrativos remete diretamente à sua área de atuação. Desta forma, as categorias definidas foram: Organizações relacionadas à Ciência e Tecnologia, Instituições privadas de ensino e Fundações; Clubes, Sindicatos/Organizações Profissionais e Sistema S; Entidades de administração esportiva; Organizações com finalidades diversas; Organizações com finalidade esportiva.

No estudo encontramos transferências para um total de 246 entidades. O montante de recursos transferidos da União para as organizações no período 2008-2011 foi de R\$ 465.209.102,09. A distribuição dos recursos de acordo com as categorias para as quais foram direcionados a cada ano é apresentada no gráfico 1.

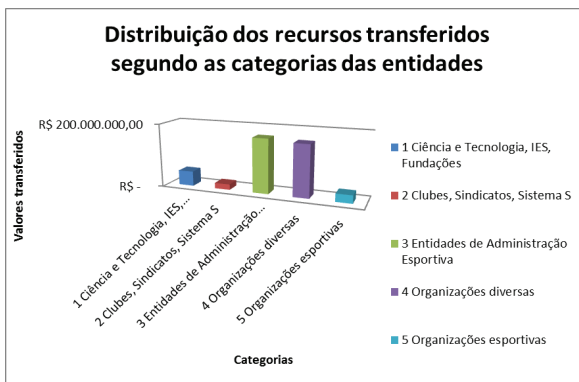


Gráfico 1 – Distribuição dos recursos transferidos segundo as categorias das entidades.

3. Dados extraídos do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) pela ONG Contas Abertas em fevereiro de 2012. As informações referem-se aos recursos advindos de recursos dos anos fiscais em curso, não levando em consideração emendas parlamentares e restos a pagar de exercícios fiscais anteriores.

ORGANIZAÇÕES RELACIONADAS À CIÊNCIA E TECNOLOGIA, INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO E FUNDAÇÕES.

Aqui alocamos as organizações atuantes na área da Ciência e Tecnologia, as Fundações Privadas, ligadas, sobretudo a universidades, assim como as transferências realizadas diretamente para instituições privadas de ensino superior. Das 29 instituições encontradas, 14 receberam recursos por pelo menos dois dentre os quatro anos analisados, o que percentualmente representa um quantitativo superior ao encontrado nas demais categorias.

A líder no recebimento de recursos nessa categoria foi a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FAURGS), com R\$ 35 milhões recebidos no período. Os valores transferidos correspondem a convênios entre o Ministério e a referida Fundação para execução das ações de *Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional – Programa Segundo Tempo* (2008, 2009 e 2010), *Captação de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento* (2008), *Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte - CEDIME* (2008) e *Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e do Lazer – Rede CEDES* (2010).

A segunda colocada é a Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana – BA, com R\$ 11,5 milhões para a ação de *Produção de Material Esportivo por Comunidades em Situação de Vulnerabilidade Social - Pintando a Cidadania* durante os quatro anos levantados, além de um financiamento em 2008 para a *Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais*. Na terceira posição encontramos a Fundação Professor Carlos Augusto Bittencourt, do Rio de Janeiro com a quantia de R\$ 5 milhões distribuídos entre as ações de *Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional – Programa Segundo Tempo* (2008, 2009, 2011) e *Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer – Esporte e Lazer da Cidade* (2009).

CLUBES, SINDICATOS/ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS E SISTEMA S.

A segunda categoria agrupa os Clubes, Sindicatos/Organizações Profissionais e unidades pertencentes ao Sistema S. Tem como representantes o menor número de entidades do estudo, somando apenas dezesseis organizações beneficiadas. Dessas, somente três receberam recursos ao menos dois anos no período, quais sejam a Cooperativa de Trabalho dos Profissionais do Esporte de São Paulo (COOPESPOR), o SESC Fortaleza e o Clube de Regatas Aldo Luz de Florianópolis. No entanto, a organização com maior volume de recursos, o Sindicato do Futebol⁴, recebeu em

4. Sindicato Nacional das Associações de Futebol Profissional e suas Entidades Estaduais de Administração e Ligas.

apenas um ano (2011) um total acima de R\$ 6 milhões. Esta quantia refere-se a um convênio firmado para a *Implantação de Controle de Acesso e Monitoramento nos Estádios de Futebol para Segurança do Torcedor*⁵. O SESC de Fortaleza recebeu, nos anos de 2009 e 2010, R\$ 5 milhões para o *Funcionamento de Núcleos de Esporte Educacional – Programa Segundo Tempo*. Para a mesma ação, porém nos anos de 2008 e 2009, a COOPESPOR somou R\$3,8 milhões.

ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO ESPORTIVA.

A terceira categoria contempla as federações e confederações de diferentes modalidades esportivas. Assim como entidades que reúnem várias modalidades como o Comitê Olímpico e Paraolímpico Brasileiro, as Confederações Brasileiras de Desporto Escolar e Universitário, a Confederação Brasileira de Clubes, Confederação Brasileira de Desporto para Cegos e a Confederação Brasileira de Esportes Radicais.

No período estudado encontramos transferências para 52 entidades. Dentre elas, a que mais recebeu recursos foi o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), somando um valor de R\$ 55 milhões em transferências, o que representa aproximadamente 30% do total de transferências realizadas para as entidades de administração esportiva. A Confederação Brasileira de Futebol de Salão ocupa a segunda posição, com um valor próximo dos R\$25 milhões e a Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) soma R\$ 13,9 milhões em transferências.

Os recursos destinados ao COB dizem respeito às ações de: *Captação de Eventos Esportivos Internacionais de Alto Rendimento (2009)*, *Preparação e Organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 (2011)*, *Realização dos Jogos Pan e Parapan-americanos de 2007 no Rio de Janeiro (2008)* e *Avaliação das Políticas Públicas e de Programas de Esporte e de Lazer (2008)*. Os recursos transferidos em 2008, nas duas linhas de ação mencionadas, foram utilizados para contratação de serviços de recursos humanos, de produção gráfica e editorial dos relatórios finais da competição realizada no Rio de Janeiro em 2007. Já os recursos repassados durante o ano de 2009 remetem às ações de candidatura da cidade do Rio de Janeiro para

5. Em 04/11/2011 foi publicada no Diário Oficial da União (p.151) a rescisão do convênio com o Sindicato do Futebol, logo após a saída de Orlando Silva e entrada de Aldo Rebelo no Ministério do Esporte. Em 19/09/2011 o Deputado Vaz de Lima do PSDB de São Paulo solicitou que se realizasse uma auditoria do TCU sobre o convênio, tendo em vista que até aquele momento a execução do projeto não havia sequer sido iniciada. Em agosto do mesmo ano o jornal o Estado de São Paulo havia anunciado que o projeto “não havia saído do papel” (ESTADO DE SP, 31/08/2011 Versão online disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,governo-da-r-6-mi-a-cartolas-e-projeto-para-cadastrar-torcida-nao-sai-do-papel,766274,0.htm?p=1> Consulta realizada em 06/12/2011).

sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Os recursos correspondem a onze convênios, dos quais sete ainda estavam com status de “aguardando prestação de contas” no Portal da Transparência em fevereiro de 2012.

A Confederação Brasileira de Futebol de Salão recebeu recursos por meio da ação de governo *Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento*, no ano de 2008. O montante próximo dos R\$ 25 milhões foi utilizado na realização do 6º Campeonato Mundial de Futsal ocorrido no país no mesmo ano⁶.

A CBDE recebeu recursos para a *Promoção de Eventos de Esporte Educacional (2008 a 2011)*, *Promoção de Eventos Esportivos Nacionais de Alto Rendimento (2008 e 2010)*, *Promoção e Participação em Competições Internacionais de Alto Rendimento (2008)*, *Desenvolvimento de Atividades Esportivas Educacionais (2009)* e *Participação de Crianças, Adolescentes e Jovens em Atividades Esportivas Nacionais e Internacionais (2008, 2009, 2010)*. Destacam-se os recursos direcionados para a promoção de eventos utilizados na realização dos VI Jogos Desportivos dos Países de Língua Portuguesa, ocorridos no Rio de Janeiro em 2008 e para o transporte das Delegações Estaduais para participação da Etapa Nacional das Olimpíadas Escolares de 2010 realizadas em Goiânia/GO. Todas as ações para as quais a CBDE recebeu recursos se remetem a eventos esportivos pontuais, inclusive a ação que aparentemente destinaria recursos para o *desenvolvimento* de atividades esportivas educacionais foi direcionada para a organização de palestra sobre relacionamento interpessoal, intercâmbio cultural, comportamento e competitividade e organização da delegação brasileira nos XV Jogos Sul americanos Escolares ocorridos no Equador em 2009. A CBDE é presidida por Carlos Sérgio Rufino Moreira, filiado ao PCdoB e eleito prefeito da cidade de Ipu – Ceará em 2012.

ORGANIZAÇÕES COM FINALIDADES DIVERSAS.

O quarto grupo reúne as entidades definidas como aquelas que apresentam finalidades diversas. Isto porque nele se encontram associações, centros de cultura e integração, institutos, núcleos e projetos das mais diversas naturezas. Ainda que voltadas para linhas de ação distintas, tais entidades buscaram financiamentos para execução de políticas de esporte e lazer, o que exigiria um estudo específico para que se aprofundasse o conhecimento acerca de suas motivações ao incluir o esporte e o lazer dentre suas atividades. O grupo é o mais numeroso em comparação com

6. Em consulta realizada ao Portal da Transparência em 18/02/2012 o convênio ainda constava com situação de Inadimplência. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvênio.asp?CodConvênio=609021&TipoConsulta=TR-Estado>

as demais categorias, com transferências para 152 entidades diferentes, e ocupou a segunda posição no ranking de investimentos no setor privado não lucrativo no período estudado, com um total superior aos R\$ 170 milhões.

No que alude à permanência das ações, temos que apenas 40 entidades receberam recursos por pelo menos dois dos quatro anos estudados, o que remete ao questionamento de como as ações promovidas poderiam adquirir um caráter duradouro sem a continuidade do investimento. As entidades que foram beneficiadas com os maiores valores de transferências são o Instituto Contato de Florianópolis com R\$ 16,9 milhões, seguido do Instituto de Desenvolvimento Humano (IDESH) de Maceió, Alagoas, com o recebimento de R\$ 15 milhões durante o período, e o Pró-Ação do Distrito Federal com o valor aproximado de R\$ 11 milhões. Os recursos recebidos pelo Instituto Contato de Florianópolis destinaram-se à implantação de núcleos do Programa Segundo Tempo em diversos municípios do Estado de Santa Catarina. A entidade também foi alvo de denúncias acerca dos convênios celebrados por meio do Segundo Tempo e, por conta disso, divulgou em seu sítio da internet diversas notas de esclarecimento. Em uma delas afirma-se que: “O Instituto Contato não se pronunciará sobre questões partidárias, uma vez que a entidade não tem nenhum vínculo partidário. É uma organização não governamental sem fins econômicos de direito privado”⁷. No entanto, a entidade apresenta diversas ligações com o PCdoB. Em seu veículo de divulgação – a *Revista Em Contato*⁸ – encontramos um número especialmente dedicado à 3ª Conferência Nacional de Esporte e Lazer no qual se estendem às odes ao Ministério do Esporte e a diretora executiva do Instituto, Simone Fraga, posa em fotografias ao lado do ex-ministro do esporte e demais integrantes do Ministério. Além das imagens, encontramos na revista uma matéria escrita pela deputada federal Manuela D’Ávila do PCdoB, na qual a autora afirma que por meio dos megaeventos esportivos que serão sediados pelo Brasil “parafrazeando JK: estamos fazendo 100 anos em 10” (D’ÁVILA, 2010 p. 13). Para completar o quadro nitidamente partidário exposto na revista encontramos a matéria em favor da campanha “Voto aos 16”, assinada pelo diretor executivo do Instituto Contato, ex-presidente da União Catarinense dos Estudantes e também militante do PCdoB, Tiago Andrino. O IDESH recebeu por dois anos recursos para implantação de núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade e por três anos para o Segundo Tempo.

7. Disponível em: http://www.institutocontato.org.br/wp-content/uploads/2011/10/NOTA_ESCLARECIMENTO_IC.pdf Consulta realizada em 18/02/2012.

8. A Revista está disponível no link: <http://www.institutocontato.org.br/wp-content/uploads/2011/06/revista08.pdf>

ORGANIZAÇÕES COM FINALIDADE ESPORTIVA.

Nesta categoria agrupamos as entidades que se vinculam diretamente às ações de esporte e lazer. No estudo chegamos à constatação de que compõe esse conjunto 33 entidades, número significativamente inferior ao grupo das organizações com finalidades diversas. Dentre elas, apenas onze receberam os recursos por pelo menos dois anos dentro do período estudado. Lidera o grupo no que respeita ao valor investido a ONG Bola Pra Frente Brasil de Jaguariúna-SP, com R\$ 21,6 milhões em transferências, seguida pela ONG Esporte sem Fronteiras da cidade de Campos dos Goitacazes – RJ com R\$ 2,5 milhões em investimentos e a Associação Esportiva e Cultural Horizonte, também do Rio de Janeiro, com R\$ 2 milhões.

A parceria com a ONG Bola Pra Frente Brasil representa outro caso com grande repercussão acerca das ligações entre entidades do setor privado sem fins lucrativos e o Partido Comunista do Brasil⁹. A entidade é coordenada pela ex-atleta Karina Valéria Rodrigues, vereadora da cidade de Jaguariúna-SP pelo PCdoB. O montante recebido pela organização refere-se a convênios para funcionamento de núcleos do Segundo Tempo e implantação do Projeto Recreio nas Férias no Estado de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento realizado evidenciou a heterogeneidade do setor privado sem fins lucrativos levando-nos a confirmação do pressuposto de que não é possível contemplá-lo como o lugar no qual se encontrariam organizações com interesses homogêneos, que representariam as aspirações dispersas no conjunto da sociedade, a busca pelo bem comum ou a concretização do princípio da comunidade, como propõe Santos (1999). A partir da classificação apresentada buscamos caracterizar o complexo grupo reunido sobre o código 50 do orçamento público, que indica as entidades sem fins lucrativos. No cenário composto pelas organizações encontradas estão atores que vão, para citar alguns exemplos, desde um Centro Integrado de Formação de Executivos de Natal até a Central Única das Favelas do Rio de Janeiro. Do Conselho Profissional de Educação Física ao SESC. Do Comitê Olímpico Brasileiro à Liga de Futebol Amador do Núcleo Bandeirante do Distrito

9. Para a repercussão sobre as transferências realizadas para a ONG Bola Pra Frente Brasil ver: Folha de São Paulo, 24/09/2009 “ONG do PCdoB recebe mais verbas que prefeitos de São Paulo”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u554332.shtml> e no Correio Braziliense, 11/01/2011 “Entidade de vereadora do PCdoB lidera ranking de repasse de verbas” Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/01/11/interna_politica,231770/entidade-de-vereadora-do-pcdob-lidera-ranking-de-repasse-de-verbas.shtml

Federal. Da Conferência das Inspetorias das Filhas de Maria Auxiliadora à Associação Floresta Protegida do Pará. Apesar dessa diversidade, todas receberam recursos públicos para executar ações relacionadas ao esporte e lazer. Fato que demonstra que nesse campo de ação parece não ocorrer o processo apontado por Teixeira (2002), segundo o qual a delegação por parte do Estado da execução das políticas às organizações não governamentais se justificaria pelo elevado grau de especialização que essas entidades teriam atingido em seu campo específico de saber.

Tendo por base os encontros propostos por Teixeira (2002), uma análise das organizações com os maiores volumes de recursos recebidos demonstra que a definição das entidades a serem contratadas na relação veiculada à prestação de serviço é perpassada por um encontro que poderíamos denominar como de *interesses político-partidários* e de *governabilidade*, no qual os convênios são firmados com entidades que mantêm estreita relação com o órgão de governo responsável pela definição das parcerias.

Os dados levantados alertam para o fato de que ações privadas das mais diversas naturezas têm sido financiadas com recursos públicos sem que os trabalhadores e trabalhadoras que pagam a conta tenham condições de optar por aquilo que financiam. Os espaços públicos duramente conquistados, como os Conselhos Municipais e Estaduais e as Conferências Nacionais de Esporte e Lazer ainda não se concretizaram como arenas nas quais se efetive a possibilidade dos setores da sociedade civil que visam à construção democrática exercer influência sobre as ações governamentais. Para que isto ocorra é preciso que estes espaços sejam ocupados por movimentos sociais fortalecidos que questionem as condições vigentes das políticas públicas ligadas a esse campo, de forma a desconstruir a hegemonia de organizações conservadoras, sobretudo aquelas ligadas à administração esportiva, mas também de entidades que veem nas práticas esportivas e de lazer apenas um *plus* a suas ações assistenciais ou um meio para seu fortalecimento político-partidário.

The Public Financing of the Third Sector in Public Policies of Sport and Leisure

ABSTRACT: This paper investigates the presence of the non-profitable private sector in the public policies of sport and leisure through the public financing of their actions. We analyzed the design of a third sector as opposed to the proposals centered on the concept of civil society. To achieve this, we conducted a mapping of private organizations that were funded by the Federal Government during 2008 to 2011. We demonstrate that the transfer of the State's role as responsible to guarantee rights, towards the non-profitable private sector collaborates to the logic of the capital since it does not contribute to the universalization of social rights, and does not represent a movement in the direction of the establishment of democracy as a totalizing project of society.

KEYWORDS: Non-profit associations (NPOs); Third sector; public policies; private sector.

La financiación pública del tercer sector en las políticas públicas de deporte y recreación

RESUMEN: El artículo aborda la presencia del sector privado sin fines de lucro dentro de las políticas de deporte y recreación a través de la financiación pública de sus acciones. Analizamos el diseño de un tercer sector en oposición a las proposiciones centradas en el concepto de sociedad civil. Para ello, se realizó un mapeo de las organizaciones privadas que fueron financiados por el Gobierno Federal en 2008 y 2011. Se demuestra que la transferencia de la función del Estado como responsable de garantizar los derechos, hacia el sector privado sin fines de lucro colabora con la lógica del capital, ya que no contribuye a la universalización de los derechos sociales, y no representa un movimiento en la dirección de la instauración de la democracia como un proyecto totalizante.

PALABRAS CLAVES: Asociaciones sin ánimo de lucro; tercer sector; políticas públicas; sector privado.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, F. H. Discurso durante a cerimônia de sanção da lei do voluntariado. Brasília, 1998 apud FRANCO, A. *A reforma do Estado e o Terceiro Setor: cinco perguntas preliminares, uma pergunta fundamental e uma nota*. Seminário Sociedade e a Reforma do Estado. Brasília, 1998. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIP'S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20Reforma%20do%20Estado%20e%20o%20Terceiro%20Setor.pdf> Acesso em: 20/09/2011.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (Org.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

D'AVILA, M. 10 anos extraordinários para o esporte. *Revista Em Contato*. Florianópolis, Ano 3, n.8, p.13, abril/maio, 2010. Disponível em: <http://www.institutocontato.org.br/wp-content/uploads/2011/06/revista08.pdf>

FRANCO, A. *A reforma do Estado e o terceiro setor: cinco perguntas preliminares, uma pergunta fundamental e uma nota*. Seminário Sociedade e a Reforma do Estado. Brasília, 1998. Disponível em: <http://empreende.org.br/pdf/ONG's,%20OSCIPI'S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20Reforma%20do%20Estado%20e%20o%20Terceiro%20Setor.pdf> Acesso em: 20/09/2011.

MONTAÑO, C. *Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, B. S. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J. ; SOLA, L. [Org.]. *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: ENAP, 1999.

TEIXEIRA, A. C. C. A atuação das organizações não governamentais: entre o Estado e o conjunto da sociedade. In: DAGNINO, E. [Org.] *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1992.

VERONEZ, L. F. C. O planejamento governamental e o orçamento do setor esportivo. In: XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e II Congresso Internacional de Ciências do Esporte. Recife, 2007. *Anais eletrônicos*. Disponível em: <http://www.cbce.org.br/cd/resumos/275.pdf>. Acesso em: 01/02/2011.

Recebido em: 7 abr. 2013

Aprovado em: 7 ago. 2013